

Força 1
[Handwritten signature]

REGULAMENTO INTERNO
CENTRO JUVENIL SALESIANO DE AROUCA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FIM E DURAÇÃO

ARTIGO PRIMEIRO. -----
O CENTRO JUVENIL SALESIANO DE AROUCA, ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA, designado abreviadamente por C.J.S.A.A.C.R., rege-se pelos Estatutos e Regulamento Interno e pela legislação em vigor. -----

ARTIGO SEGUNDO. -----
O Centro tem a sua sede social numa parte do Convento de S. Pedro de Arouca (Convento de Santa Mafalda). -----

ARTIGO TERCEIRO. -----
O C.J.S.A.A.C.R., tem por fim a promoção cultural, recreativa, desportiva e assistencial dos seus associados e população local. -----

ARTIGO QUARTO. -----
Os princípios orientadores das atividades do C.J.S.A.A.C.R., baseiam-se no “carisma salesiano e seu Projeto Educativo” para a juventude. Esta orientação será assegurada por um representante da Família Salesiana. -----

ARTIGO QUINTO. -----
A duração do Centro é por termo indeterminado. -----

CAPÍTULO II
DOS SÓCIOS

ARTIGO SEXTO. -----
O Centro compõe-se de um número ilimitado de sócios. -----

Folha nº 2
Ally

-----**ARTIGO SÉTIMO.** -----

Haverá duas categorias de sócios: -----

- a) Sócios Honorários – As pessoas que, pelas suas atividades nos campos cultural, social e desportivo ou pelos serviços prestados ao Centro, mereçam essa distinção, bem como as pessoas que, pelo seu trabalho ou por dádivas feitas ao Centro, mereçam tal distinção; --
- b) Sócios efetivos – as pessoas que, tendo sido regularmente inscritas, ficam sujeitas ao pagamento periódico da quota mínima estabelecida em Assembleia Geral; -----
- c) A atribuição da qualidade de Sócio Honorário só poderá ser feita, sob proposta da Direção ou qualquer associado, a ser votada em Assembleia Geral. -----

-----**ARTIGO OITAVO.** -----

Nº1 – Qualquer pessoa com bom comportamento moral pode, por si ou pelo seu representante legal, requerer a admissão como sócio do Centro. -----

Nº2 – A qualidade de sócio prova-se pela inscrição no respetivo livro que a associação obrigatoriamente possuirá. -----

Nº3 – Considera-se no pleno gozo dos seus direitos sociais, o sócio que tiver pago a quota do mês anterior ao mês em curso. -----

-----**ARTIGO NONO.** -----

Nº1 – Perdem a qualidade de sócios todos aqueles que, dolosamente, tenham prejudicado o Centro ou contribuído para o seu desprestígio, e o que, sendo sócios efetivos, deixarem de pagar as quotas durante seis meses. -----

Nº 2 – A exclusão dos sócios só se efetuará mediante deliberação da Direção e depois de ter sido dada ao presumível a possibilidade de apresentar, por escrito, a sua defesa. -----

CAPITULO III
CORPOS SOCIAIS

-----**ARTIGO DÉCIMO.** -----

São órgãos do Centro a Assembleia Geral, a Direção e Conselho Fiscal. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO.** -----

FOLHA 3
[Handwritten signature]

Nº1 – A duração do mandato dos Corpos Sociais é de dois anos devendo a Assembleia Geral proceder à sua eleição, por escrutínio secreto na reunião ordinária de cada biénio a efetuar até ao fim do mês de fevereiro. -----

Nº2 – são elegíveis apenas os sócios efetivos, no pleno gozo dos seus direitos civis, políticos e estatutários, e que não exerçam cargos ou funções remuneradas pelo Centro. -

Nº3 – O exercício de todos os cargos sociais é gratuito. -----

-----**ARTIGO DECIMO SEGUNDO.**-----

Nº1 – É permitida a reeleição para todos os cargos, a qual será limitada a três mandatos consecutivos para a mesma Direção. -----

Nº2 – Fica vetado o exercício simultâneo de dois ou mais cargos. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO.**-----

Nº1 – A Assembleia Geral é a reunião de todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos sociais. -----

Nº2 – A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. -----

Nº3 – Ao presidente e, nas suas faltas e impedimentos, ao Vice-Presidente, compete dirigir os trabalhos da assembleia e ao Secretário compete assegurar o expediente e lavras as respetivas Atas. -----

Nº4 – a Assembleia Geral é convocada pela direção por meio de aviso postal expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de oito dias, donde conste o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem do dia. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO QUARTO.**-----

A Assembleia Geral reunirá ordinariamente até ao fim do mês de dezembro de cada ano para discussão e aprovação da proposta de plano e orçamento para o ano seguinte, apresentada pela direção, e até ao fim do mês de fevereiro para a apreciação e votação do Relatório e contas e Parecer do Conselho Fiscal do ano anterior, assembleia esta que, bienalmente, deve incluir na ordem de trabalhos a eleição dos titulares dos órgãos sociais. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO QUINTO.**-----

FOLHA 4
[Assinatura]

Nº1 – A Assembleia Geral só poderá funcionar e deliberar, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, metade dos sócios com direito a nela participarem e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes. -----

Nº2 – Quer em primeiro, quer em segunda convocação, quando convocada a requerimento dos sócios, é indispensável a presença da maioria dos requerentes. -----

Nº3 – Entre a primeira e a segunda convocação não poderá de correr menos de uma hora nem mais de oito dias. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO SEXTO.**-----

Nº1 – Compete à Assembleia Geral: -----

- a) Apreciar e votar o Relatório das Atividades do Centro e as Contas, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativos a cada ano; -----
- b) Eleger, dentre os sócios, bienalmente, os respectivos Órgãos Sociais do Centro; -----
- c) Velar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamento Interno, interpretá-lo, alterá-lo e substituí-lo, bem como resolver os casos omissos; -----
- d) Tomar, nos termos da lei, dos Estatutos e do Regulamento Interno, quaisquer deliberações exigidas pelos próprios fins do Centro. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO.**-----

Nº1 – A Direção é composta por treze titulares, sendo o primeiro da lista o Presidente, o segundo o vice-presidente, o terceiro o tesoureiro, os quarto e quinto, respetivamente, o primeiro e o segundo secretários e os restantes vogais do referido órgão. -----

Nº2 – a direção tem uma reunião ordinária quinzenal e as reuniões extraordinárias que o presidente julgar conveniente convocar ou cuja convocação seja requerida pela maioria dos seus membros. -----

Nº3 – De cada reunião será lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento dos associados e da apreciação da legalidade das decisões tomadas. -----

Nº4 – As atas são lavradas pelo primeiro secretário ou, nas suas faltas e impedimentos, pelo segundo secretário, e submetidas à aprovação no final da respetiva reunião ou no início da reunião seguinte, sendo assinada, após a aprovação, por todos os membros presentes na reunião correspondente. -----

Nº5 – A direção só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares, sendo as respetivas deliberações tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o

presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO OITAVO.**-----

Compete à Direção: -----

- a) Aprovar, rejeitar ou anular a admissão de sócios; -----
- b) Administrar e representar, para todos os efeitos legais, o Centro, podendo delegar, em qualquer dos seus membros, os poderes necessários; -----
- c) Aplicar aos sócios as sanções previstas nos Estatutos ou no Regulamento Interno; -----
- d) E, de modo geral, cumprir e fazer cumprir os Estatutos, o Regulamento Interno e as deliberações dos demais Corpos Sociais. -----

-----**ARTIGO DÉCIMO NONO.**-----

Nº1 – O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Secretário e um Relator. ---

Nº2 – O Conselho Fiscal reunirá, em princípio, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o julgue necessário ou a Direção o solicite. -----

Nº3 – Compete ao Conselho Fiscal verificar os balancetes da receita e despesa, conferir os documentos de despesa, bem como a legalidade dos pagamentos efetuados; examinar periodicamente a escrita da Associação e verificar a sua exatidão; fornecer à Direção o parecer acerca de qualquer assunto sobre o Relatório e Contas da Direção para ser presente à Assembleia Geral ordinária; assistir às reuniões da Direção sempre que o queria fazer, pedir a convocação da Assembleia Geral extraordinária quando o julgar necessário.

-----**ARTIGO VIGÉSIMO.**-----

Nº1 – Em princípio, os sectores típicos do Centro são: o Cultural, o Desportivo, o Teatral, o Musical, o Social e o Pastoral. -----

Nº2 – Sempre que o interesse da associação o justifique, designadamente quando for necessário promover ou dinamizar algumas das atividades integradas no objeto social, pode o presidente da direção designar, de entre os associados, responsáveis pela coordenação do respetivo setor.

CAPÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO

-----**ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO.**-----

Nº1 – Constituem receitas do Centro: -----

- a) O produto das quotas dos sócios; -----
- b) Possíveis legados ou doações a seu favor; -----
- c) Os donativos e o produto de subscrições, festas, competições desportivas ou outros meios legítimos de obtenção ou angariação de recursos. -----

Nº2 – A gerência financeira será feita por anos sequenciais, a estes se referindo os orçamentos ordinários ou suplementares e as respetivas contas. -----

-----ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO. -----

O C.J.S.A.A.C.R, estando ligado com os outros Centros Juvenis Salesianos de Portugal e do Estrangeiro, procurará estabelecer com eles, sempre que possível, intercâmbios culturais e de amizade e integrará a Federação Nacional respetiva como sócio efetivo. ---

-----ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO. -----

Os Estatutos do Centro Juvenil Salesiano de Arouca, Associação Cultural e Recreativa, só poderão ser alterados em Assembleia geral em cuja Ordem de Trabalhos se enuncie tal intenção e onde esteja presente a maioria absoluta dos sócios inscritos, mas nunca contra os princípios indicados no Artigo Quarto. -----

-----ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO. -----

O Centro Juvenil Salesiano de Arouca, para uma melhor incorporação no Espírito e Obra Salesiana e seu Projeto Educativo, terá que propiciar uma ampla e profunda colaboração com os Cooperadores Salesianos locais, em cuja Direção se fará representar pelo Presidente da Direção, ou seu Delegado, exclusivamente com funções consultivas. -----

A nível local – Arouca – A Família Salesiana é composta por: Centro Juvenil, Cooperadores e Amigos e será coordenada por um elemento designado pela Província Salesiana, legado terá acento em todos os Órgãos Diretivos locais e na qualidade acima expressa. -----

-----ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO. -----

Nº1 – A dissolução do Centro terá de ser deliberada em Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios inscritos. -----

Nº2 – A assembleia Geral estabelecerá as normas para a extinção, nomeando, para tanto, uma Comissão liquidatária e indicará qual a Instituição a que deverá ser entregue o

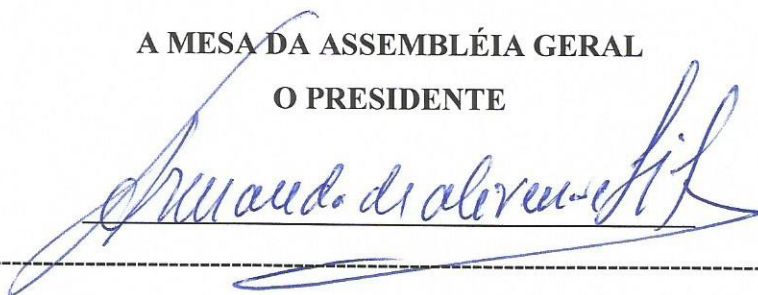
remanescente dos valores sociais, tendo em conta as obrigações e compromissos assumidos e os referentes às legações e doações recebidas. -----

**APROVADA ESTA NOVA REDAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO, QUE
SUBSTITUIRÁ, PARA TODOS OS EFEITOS, O ANTERIOR, EM ASSEMBLEIA
GERAL REALIZADA EM VINTE E OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E
DEZASSETTE**-----

**AROUCA E CENTRO JUVENIL SALESIANO DE AROUCA, ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E RECREATIVA, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE
JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE.** -----

A MESA DA ASSEMBLÉIA GERAL

O PRESIDENTE



O VICE-PRESIDENTE

O SECRETÁRIO

